

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Programa de Integridade	6
5.5 - Alterações significativas	11
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	12

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	13
10.2 - Resultado operacional e financeiro	20
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	22
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	25
10.5 - Políticas contábeis críticas	29
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	30
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	31
10.8 - Plano de Negócios	32
10.9 - Outros fatores com influência relevante	33

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Política de gerenciamento de riscos

- a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

O processo de gestão integrada de riscos nas empresas Eletrobras é orientado por uma política única e coordenado pela holding, de forma a garantir a visão sistêmica dos resultados e sua padronização entre todas as subsidiárias do grupo.

A versão vigente da Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras ("Política de Gestão de Riscos") está aderente às novas demandas de conformidade com leis e regulamentos relacionados às práticas de conduta antiética e corrupção, bem como ao framework COSO 2013. O documento foi aprovado pela Diretoria Executiva da holding (Resolução RES-521/2016, de 23/08/2016) e ratificado pelo Conselho de Administração da Eletrobras (Deliberação DEL-170/2016, de 23/09/2016).

b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

i. os riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteger dos riscos inerentes à sua atividade empresarial, que abrangem todos os riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

ii. instrumentos utilizados para proteção

Devido a estrutura reduzida da Companhia, a Administração optou pela não implementação de uma estrutura organizacional de controle de gerenciamento de fatores de riscos.

iii. estrutura organizacional de controle

A Administração adota uma estrutura de controle que envolve a Companhia como um todo. Essa estrutura é composta pelo:

- 1) Conselho de Administração, que compete a fixação da orientação geral dos negócios da ELETROPAR, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos;
- 2) Conselho Fiscal, de caráter permanente, que compete, dentre outras funções, fiscalizar os atos dos administradores, verificando o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;
- 3) Diretor Superintendente e de Relação com Investidores, que compete, dentre outras funções, propor diretrizes e planos de negócios para a ELETROPAR, de acordo com perfil de rentabilidade e risco da empresa;
- 4) Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, tendo por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente no sentido de adicionar valor à Empresa, fortalecendo seus controles e suas operações;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- 5) Gerente de Compliance, vinculado ao Conselho de Administração, tem como objetivo garantir o cumprimento das Leis Anticorrupção por parte da Eletropar e seus Colaboradores, Representantes, sócios de joint venture e outras afiliadas.

A Companhia entende que a sua estrutura de controle interno está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado**

Devido a estrutura reduzida da Companhia e as características de suas operações, (empresa de participações), a Administração optou pela não implementação de política de gerenciamento de riscos de mercado.

A Eletropar não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e não possui operações associadas a instrumentos derivativos tais como "Total Equity Return Swap", entre outros.

A Companhia entende que a sua estrutura de controle interno está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Controles internos

(a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. A Administração não realiza procedimentos específicos para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras.

O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos. Devido às limitações inerentes, os controles Internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros.

A Administração concluiu que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Departamento de Contabilidade e Orçamento – principal área responsável pelas demonstrações financeiras, subordinada ao Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores, responsável pelo estabelecimento da adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O resultado de todos os trabalhos do plano de auditoria interna previstos no exercício é reportado por meio de relatório ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretores e Gerentes envolvidos. Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas pela Auditoria Interna.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro 2017, auditados pela KPMG Auditores Independentes, foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais.

(e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos. De acordo com a avaliação da Administração, as demais deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Programa de Integridade

- a) se o emissor possui, regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

As ações da empresa para lidar com as questões relacionadas a fraudes, corrupção e conduta antiética estão fortemente embasadas na implementação do Programa de *Compliance corporativo*, definido no âmbito de todas as empresas Eletrobras.

No segundo semestre de 2016, a empresa estruturou o programa “Eletrobras 5 Dimensões” que representa o compromisso da administração da holding e de suas empresas, com a implantação de diretrizes e práticas rotineiras para lidar com os temas de fraude, corrupção e conduta antiética. Ele operacionaliza o Programa de Compliance através:

- do desenvolvimento do ambiente de gestão do programa de integridade;
- da análise periódica de riscos de fraude e corrupção;
- da estruturação e implantação de políticas e procedimentos do programa de integridade;
- da definição de ações de comunicação e treinamento;
- do monitoramento do programa, medidas de remediação e aplicação de penalidades.

O aprimoramento do programa, além de trazer mais robustez às ações de integridade da companhia e representar um avanço no nível de maturidade da empresa, faz parte do rol de atividades que a Eletrobras precisa cumprir para atender às normas legais e regulamentares, bem como evitar, detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade que possa ocorrer.

No âmbito de implantação de suas políticas e procedimentos de integridade, destacam-se os seguintes documentos aprovados na Diretoria Executiva da Eletrobras em dezembro de 2015: o Manual de *Compliance*, com as políticas da companhia quanto ao cumprimento às leis anticorrupção, e o Guia do Colaborador, com os princípios e os padrões que todos os colaboradores têm responsabilidade de adotar em suas condutas profissionais.

- (i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as**

A. Códigos, Políticas e Regimentos de Integridade

- Manual de *Compliance* aprovado em Dezembro de 2015 contém as políticas da companhia quanto ao cumprimento às leis anticorrupção

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Guia do Colaborador em sua segunda edição de Dezembro de 2015 onde constam os princípios e os padrões que todos os colaboradores têm responsabilidade de adotar em suas condutas profissionais.
- Guia dos Administradores e Conselheiros Fiscais: em sua segunda edição de Dezembro de 2015 onde constam os princípios e os padrões que administradores e conselheiros fiscais têm responsabilidade de adotar em suas condutas profissionais.
- Código de Ética: revisto em 2016 com objetivo de adequá-lo à nova legislação brasileira voltada para Ética e Integridade, qual seja:
 - Lei nº 12.257/2011 ("Lei de Acesso à Informação");
 - Lei 12.529/2011 ("Lei da Concorrência");
 - Lei 12.813/2013 ("Lei de conflito de interesses");
 - Lei 12.846/2013 ("Lei da Anti-Corrupção") e seu Decreto regulamentador nº 8.420 de 18 de março de 2015;
 - Lei nº 13.303/2016 ("Lei das Estatais") e o Decreto Regulamentador nº 8.945 de 28 de dezembro de 2016 que a regulamenta;
 - Instrução Normativa MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016 (que trata de Governança e Gestão de Riscos).

B. Mecanismos e Procedimentos de Integridade

Avaliação, monitoramento através da auditoria para assegurar a efetividade do Sistemas de *Compliance* e dos controles internos das áreas, o comprometimento da Alta administração e a comunicação, treinamento e sensibilização das políticas de integridade são os principais mecanismos adotados pela empresa no que tange o programa de *compliance*

- (ii) **as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

Auditoria Interna foi aprovada na 5ª Reunião do Conselho de Administração da empresa, de 09 de Julho de 2008 e está ligada diretamente ao conselho de administração. Suas principais atribuições:

- Realizar os trabalhos de auditoria previstos no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e emitir relatórios indicando, quando for o caso, as

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

não-conformidades constatadas e as recomendações para corrigi-las, bem como acompanhar a implementação das respectivas ações corretivas;

- Avaliar as minutas de normas e de suas revisões, sob os aspectos de controle Interno.

- Coordenar, orientando e prestando apoio às demais unidades organizacionais da empresa, o atendimento à Controladoria-Geral da União – CGU, ao Tribunal de Contas da União - TCU, e aos demais órgãos de controle, no que concerne às solicitações de informações, diligências e auditorias realizadas por tais órgãos, bem como monitorar as ações destinadas ao atendimento das determinações e recomendações por eles emanadas;

A área de Conformidade da empresa foi definida no novo estatuto aprovado em AGE de 24 de janeiro de 2018, em adequação a nova lei das estatais. Suas atribuições estão definidas abaixo:

I - a gestão da conformidade no que se refere à adequação a leis, normas e conduta ética;

II - a gestão de riscos corporativos; e

III – a gestão do ambiente de controles internos.

Apesar da área de conformidade está prevista no estatuto a única atribuição exercida pela ELETROPAR hoje é a gestão de conformidade que funciona de forma integrada com a auditoria da empresa.

Além disso, podemos citar os treinamentos a respeito de ética e integridade disponibilizados pela Holding, através de sua universidade corporativa, que são realizados pelos colaboradores da ELETROPAR e seus conselheiros, como um mecanismo de integridade pois auxiliam a disseminar a cultura do programa 5 dimensões na companhia.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia deve observar o Código de Ética, conforme descrição constante do item **i.A** acima.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética e de Conduta é o principal documento norteador da atuação das Empresas Eletrobras, ao expressar e reforçar os compromissos que assumem com seus públicos de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

relacionamento e formaliza os princípios da conduta profissional no ambiente de trabalho e nas relações de negócios, abordando a governança corporativa, transparência, legalidade, combate à corrupção, tráfico de influência, concorrência, entre outros.

Os empregados tomam conhecimento do Código de Ética logo após a sua contratação. E o mesmo é disponibilizado para todo o público de relacionamento da companhia, desde a contratação de fornecedores a alta administração da empresa.

•se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

A Eletrobras Holding promove treinamentos frequentes acerca do tema através de sua Universidade corporativa para todas as empresas do grupo, seja online ou de forma presencial, para colaboradores, conselheiros e outras áreas da empresa.

•as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;

O código de ética Eletrobras é um conjunto de diretrizes de conduta, e de orientação de comportamento ético para todo o público de relacionamento da companhia não havendo medidas de sanção corporativa previstas nele descrita.

•órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de ética do sistema Eletrobras foi aprovado internamente na ELETROPAR por Resolução de Diretoria de 07 de fevereiro de 2017 e está disponível na internet através do site www.eletropar.com.br

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

O sistema Eletrobras possui um canal de denúncia centralizado para todas as empresas do grupo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

●se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

As informações registradas no canal de denuncia serão recebidas por uma empresa independente e especializada, a ICTS, assegurando sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação pela a Eletrobras, sem conflitos de interesses.

●se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O serviço está disponível para empregados, estagiários, jovens aprendizes, prestadores de serviços, contratados, fornecedores e todas as pessoas (sociedade em geral) que queiram relatar uma denúncia ou conduta indevida identificada nas empresas Eletrobras.

●se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa fé

As informações registradas no canal de denuncia são recebidas assegurando sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação pela ouvidoria da Eletrobras, não é necessário fornecer informações pessoais para realizar uma denúncia, ela pode ser anônima.

Não há perseguição ou represália aos denunciante, uma vez que toda informação é mantida em sigilo.

●órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

Todas as denúncias registradas são recepcionadas pela empresa especializada contratada ICTS, que é responsável por classificar por tema e por nível de prioridade cada uma das denúncias e encaminhar para tratamento do Comitê do Sistema de Integridade da Eletrobras, prezando sempre pelo sigilo das informações do denunciante.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Não aplicável.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**5.5. Alterações significativas**

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta, bem como no monitoramento que é realizado pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6. Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Comentários dos diretores

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo.

A Companhia vem apresentando boa saúde econômico-financeira caracterizada pela ausência de endividamento financeiro e alta liquidez, como se identifica a seguir:

	2017	2016	2015
Liquidez Geral	2,52	2,05	2,92
Liquidez Corrente	5,49	5,11	5,58
Endividamento total sobre Ativo	17,39%	14,68%	16,06%
Retorno do Patrimônio Líquido	19,51%	18,82%	3,66%
Margem Líquida	56,97%	100,73%	152,92%

No exercício findo em 2017, identifica-se que 95,5% do ativo da Companhia é representado por disponibilidades financeiras e investimentos em outras companhias. Tais ativos são as principais fontes de receita da Companhia, compostas por rendimentos decorrentes das aplicações financeiras e dividendos, juros sobre o capital próprio e equivalência patrimonial das participações societárias.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da ELETROPAR nos períodos analisados apresentou os seguintes indicadores:

	2017	2016	2015
Capital de Terceiros	17,39%	14,68%	16,06%
Capital Próprio	82,61%	85,32%	83,94%

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas.

i. hipóteses de resgate

Não aplicável.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O índice de endividamento da Companhia é de 17,39% e seu saldo de Caixa e equivalentes monta em R\$ 1.868 mil em 31 de dezembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

As fontes de financiamento da Companhia decorrem das receitas oriundas de suas aplicações financeiras e das participações societárias mantidas em outras companhias.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não aplicável.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Não aplicável.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não aplicável.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS (em milhares de Reais)								
ATIVO	31/12/2017 (a)	AV	31/12/2016 (b)	AV	Variação % ((a-b)/b)	31/12/2015 (c)	AV	Variação % ((a-c)/c)
CIRCULANTE								
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.868	1%	499	0%	275%	5.388	3%	-65%
Títulos de Valores Mobiliários	95.841	39%	54.382	25%	76%	64.053	37%	50%
Remuneração dos investimentos	595	0%	2.006	1%	-70%	91	0%	556%
Ativos fiscais a compensar	68	0%	3.193	1%	-98%	3.919	2%	-98%
Outros Créditos	-	0%	-	0%	0%	316	0%	-100%
Contas a Receber com Partes Relacionadas	8.293	3%	1.482	1%	459%	2.384	1%	248%
	106.665	44%	61.562	28%	73%	76.151	44%	40%
NÃO CIRCULANTE								
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO								
Contas a Receber - Eletronet	-	0%	1.482	1%	-100%	2.768	2%	-100%
Ativos fiscais a compensar	-	0%	3.609	2%	-100%	2.192	1%	-100%
Depósitos judiciais	-	0%	-	0%	0%	54	0%	-100%
	-	0%	5.091	2%	-100%	5.014	3%	-100%
INVESTIMENTOS								
Avaliados por equivalência patrimonial	76.900	32%	59.059	27%	30%	29.345	17%	162%
Avaliados a valor justo	59.755	25%	95.320	43%	-37%	62.178	36%	-4%
		0%		0%				
IMOBILIZADO	14	0%	28	0%	-49%	37	0%	-61%
		0%		0%				
INTANGÍVEL	17	0%	19	0%	-8%	28	0%	-38%
	136.686	56%	159.517	72%	-14%	96.602	56%	41%
TOTAL DO ATIVO	243.351	100%	221.079	100%	10%	172.753	100%	41%
PASSIVO								
CIRCULANTE								
Remuneração aos acionistas	9.315	4%	8.465	4%	10%	1.341	1%	595%
Contas a pagar	9.322	4%	2.696	1%	246%	11.461	7%	-19%
Tributos e contribuições sociais	101	0%	232	0%	-56%	218	0%	-54%
Obrigações estimadas	407	0%	348	0%	17%	316	0%	29%
Provisões para riscos trabalhistas	300	0%	300	0%	0%	300	0%	0%
	19.445	8%	12.041	5%	61%	13.636	8%	43%
NÃO CIRCULANTE								
Imposto de renda e contrib. social diferidos	4.408	2%	18.961	9%	-77%	11.342	7%	-61%
Contas a Pagar - Cedentes	18.461	8%	1.453	1%	1171%	2.768	2%	567%
	22.869	9%	20.414	9%	12%	14.110	8%	62%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	118.054	49%	118.054	53%	0%	118.054	68%	0%
Reserva legal	4.216	2%	2.256	1%	87%	481	0%	777%
Dividendo adicional proposto	31.239	13%	-	0%	100%	4.020	2%	677%
Ajustes de avaliação patrimonial	25.428	10%	42.919	19%	-41%	22.452	13%	13%
Reserva de lucros a realizar	22.100	9%	25.395	11%	-13%	-	0%	100%
	201.037	83%	188.624	85%	7%	145.007	84%	39%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	243.351	100%	221.079	100%	10%	172.753	100%	41%

Caixa e equivalente de caixa e Títulos de valores mobiliários

Na conta “Caixa e equivalente de caixa” estão reconhecidos os valores de banco e as aplicações com vencimento até 90 dias. As demais estão registradas na conta de Título de valores mobiliários. Estas contas sofrem variação à medida que os títulos vão vencendo e sendo adquiridos outros com prazo de vencimento.

A variação positiva de 76% na conta de títulos de valores mobiliários quando comparado o exercício de 2017 com o de 2016, justifica-se em virtude da venda das ações da CPFL em novembro de 2017, o que gerou uma entrada de caixa de R\$ 50 milhões.

Remuneração dos investimentos

Nesta conta são classificados os valores declarados no ano à título de dividendos das investidas, e ainda não recebidos. Houve redução na declaração de pagamento de dividendos no exercício de 2017, quando comprado ao exercício de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativos fiscais a compensar (Circulante e não Circulante)

Em relação à rubrica de ativos fiscais a compensar é possível verificar a ocorrência de uma redução. Tal redução é explicada pela utilização dos créditos com a venda das ações da CPFL em novembro de 2017.

Contas a receber com partes relacionadas (circulante) e Contas a receber – Eletronet (não circulante)

A Eletropar possui créditos junto a Eletronet. Esses créditos estavam integralmente provisionados devido a situação de falência da Eletronet.

Em 15 de dezembro de 2015 foi realizada Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S./A., onde os credores presentes deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet. Com a aprovação da proposta de quitação das obrigações da Eletronet, a ELETROPAR concordou em conceder um desconto de 76,74% sobre o valor original habilitado da dívida:

Em 23 de dezembro de 2015, a Eletropar recebeu R\$ 9.188 mil como 1ª parcela dos R\$ 13.340 mil, restando o valor de R\$ 4.152 mil a ser pago nos exercícios de 2016 a 2018.

Em dezembro de 2016 recebeu o valor de R\$ 1.384, corrigidos pelo IGPM e ao longo do exercício de 2017 recebeu parcelas mensais de R\$ 115, também corrigidas pelo IGPM, restando o valor de R\$ 1.480 a ser pago em 2018.

Como os créditos junto à Eletronet são derivados do aluguel da infraestrutura e cabos de fibras ópticas das Cedentes, esses créditos estão sendo repassados às Cedentes (CHESF, Eletronorte, Eletrosul e Furnas), descontada a taxa de administração, na mesma data de recebimento pela Eletropar.

A Companhia reconheceu o montante de R\$ 14.671 mil no contas a receber, referente ao valor de utilização dos pares de fibras ópticas para o período de janeiro de 2016 a dezembro de 2017 pela Eletronet, considerando o valor atualizado e corrigido da remuneração do direito de uso estabelecido no memorando de entendimentos (MOU).

A Administração analisando o fluxo de caixa da Eletronet, diante de cartas de conforto da ELETRONET e da LT Bandeirantes, e verificando que até o momento encontra-se adimplente com as suas obrigações junto a Eletropar, concluiu que a mesma tem capacidade financeira de honrar os compromissos estabelecidos no acordo referente ao curto prazo, de tal modo que, entende ser este ativo recuperável.

Quanto as parcelas a vencer no longo prazo, a administração entendeu como melhor estimativa realizar uma provisão de perda deste valor, uma vez que foi apresentado no relatório da auditoria independente da Eletronet um parágrafo de ênfase sobre a sua continuidade operacional

Considerando a essência da operação, os contratos celebrados e a atuação da Eletropar como gestora dos interesses entre a Eletronet e as empresas Cedentes do Grupo Eletrobras, os passivos referentes a remuneração do direito de uso, estabelecido no memorando de entendimentos foram, da mesma forma, reconhecidos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Investimentos

Observa-se um crescimento nos investimentos avaliados por equivalência patrimonial. Esse crescimento é justificado em função da investida da CTEEP. No exercício de 2016, os valores dos investimentos foram impactados pelo reconhecimento na CTEEP da remuneração dos ativos de concessão, referente a atualização dos seus ativos financeiros. Já em 2017 o aumento se justifica pela reversão dos ajustes no PL da investida em função do reconhecimento do passivo atuarial.

A mudança de posicionamento está na perspectiva “possível” de perda, em função principalmente da decisão de mérito da 2ª. instância e da posição do STJ ocorridas em 2017.

A redução nos investimentos avaliados a valor justo justifica-se devido a venda das ações da investida CPFL. Essas ações estavam registradas no balanço patrimonial em 2016, no valor de R\$ 45 milhões.

Remuneração aos acionistas

Corresponde ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios a pagar. Como em 2017 a Companhia obteve lucro superior ao do ano de 2016, esta conta apresentou variação positiva.

Contas a pagar (circulante) e contas a pagar – cedentes (não circulante)

Nesta conta são registrados os valores das despesas com pessoal e contratação de serviços prestados em 2017 e não pagos dentro do exercício. Porém, a variação ocorrida entre os exercícios de 2015, 2016 e 2017 é explicada pela variação do contas a receber da Eletronet referente ao acordo de confissão de dívida.

Considerando a essência da operação, os contratos celebrados e a atuação da Eletropar como gestora dos interesses entre a Eletronet e as empresas Cedentes do Grupo Eletrobras, os passivos referentes a remuneração do direito de uso, estabelecido no memorando de entendimentos foram, da mesma forma, reconhecidos.

Ao confrontar o quantitativo informado pela Eletronet com o informado pela Cedentes (Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul) foram encontradas divergências nas informações. Devido a isso, faz-se necessário o confronto entre as premissas utilizadas nas medições, de forma a definir o valor real da obrigação.

A administração entendeu ser prudente o reconhecimento da obrigação a favor das Cedentes pelo maior valor apurado. Tal fato, ocasionou no reconhecimento de contas a pagar as Cedentes, superior ao contas a receber da Eletronet e, conseqüentemente, uma despesa no valor de R\$ 10.602.

Reserva legal

Como a companhia obteve lucro nos exercícios de 2016 e 2017, houve constituição de reserva legal.

Reserva de lucros a realizar

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2016 o resultado da Companhia foi fortemente impactado pela receita de equivalência da investida CTEEP. Como a equivalência patrimonial não corresponde a parcela do lucro realizado, a companhia optou por constituir a reserva de lucros a realizar.

Em 2017, em função dos recebimentos de dividendos da investida CTEEP foi realizada parte desta reserva.

Dividendo adicional proposto

Nesta conta são lançados os dividendos declarados além do mínimo obrigatório.

Comparação das Principais Contas de Resultado de 2017, 2016 e 2015.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em milhares de Reais)

	01/01/2017 a 31/12/2017 (a)	AV	01/01/2016 a 31/12/2016 (b)	AV	Variação ((a-b)/b)	01/01/2015 a 31/12/2015 (c)	AV	Variação ((a-c)/c)
RECEITAS OPERACIONAIS								
Dividendos	691	1%	1.811	5%	-62%	198	6%	250%
Juros sobre capital próprio	227	0%	1.030	3%	-78%	46	1%	398%
Participação societária	21.382	31%	32.021	91%	-33%	3.228	93%	562%
Restituição Receita Federal	-	0%	388	1%	-100%	-	0%	0%
Outras Receitas	46.536	68%	-	0%	100%	-	0%	100%
	<u>68.836</u>	<u>100%</u>	<u>35.250</u>	<u>100%</u>	<u>95%</u>	<u>3.472</u>	<u>100%</u>	<u>1882%</u>
DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal, Materiais, Serviços de Terceiros, Tributos e Outras	(5.851)	-8%	(5.676)	-16%	3%	(4.810)	-139%	22%
Reversão (Provisões) operação	(18.460)	-27%	-	0%	100%	300	9%	-6253%
Provisão p/ redução ao valor recuperável - ativos financeiros	-	0%	(712)	-2%	-100%	(189)	-5%	-100%
Perda na subscrição	-	0%	(474)	-1%	-100%	-	0%	0%
Provisão processo trabalhista	-	0%	(57)	0%	-100%	(300)	-9%	-100%
	<u>(24.311)</u>	<u>-35%</u>	<u>(6.919)</u>	<u>-20%</u>	<u>251%</u>	<u>(4.998)</u>	<u>-144%</u>	<u>386%</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>44.525</u>	<u>65%</u>	<u>28.331</u>	<u>80%</u>	<u>57%</u>	<u>(1.526)</u>	<u>-44%</u>	<u>-3017%</u>
RESULTADO FINANCEIRO	<u>5.789</u>	<u>8%</u>	<u>8.058</u>	<u>23%</u>	<u>-28%</u>	<u>7.462</u>	<u>215%</u>	<u>-22%</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>50.314</u>	<u>73%</u>	<u>36.389</u>	<u>103%</u>	<u>38%</u>	<u>5.936</u>	<u>171%</u>	<u>748%</u>
Imposto de renda e contribuição social	(11.095)	-16%	(880)	-2%	1160%	(626)	-18%	1672%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>39.219</u>	<u>57%</u>	<u>35.509</u>	<u>101%</u>	<u>10%</u>	<u>5.310</u>	<u>153%</u>	<u>639%</u>

Receitas operacionais

Elevação em 2017 devido a receita com a venda das ações da CPFL.

Despesas operacionais

No exercício de 2015 e 2016 foram reconhecidas perdas no valor de 189 mil e 712 mil, respectivamente, nos investimentos na Eletropaulo, devido à queda relevante no valor da cotação de suas ações.

Em 2017 foi reconhecido o valor de R\$ 18.460 mil referente aos valores a receber da Eletronet, devido a sua situação econômico-financeira, além do valor referente a diferença de quantitativo informado pela Eletronet com o informado pela Cedentes (Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul). Devido a isso, fez-se necessário o confronto entre as premissas utilizadas nas medições, de forma a definir o valor real da obrigação.

A administração entendeu ser prudente o reconhecimento da obrigação a favor das Cedentes pelo maior valor apurado. Tal fato, ocasionou no reconhecimento de contas a pagar as

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Cedentes, superior ao contas a receber da Eletronet e, conseqüentemente, uma despesa no valor de R\$ 10.602.

Quanto as despesas com pessoal, materiais, serviços de terceiros, tributos e outras, a principal variação foram nas despesas com serviços de terceiros, devido aos reajustes dos contratos, na despesa com o serviço de corretagem na venda das ações da CPFL, e nas despesas com publicidade legal.

Resultado Financeiro

Embora o valor aplicado esteja maior, devido as redução nas taxas de juros, o resultado financeiro de 2017 apresentou queda em relação aos exercícios de 2016 e 2015.

Lucro Líquido (prejuízo) do exercício

O resultado da companhia, em 2017, foi fortemente impactado pela receita com a venda das ações da CPFL.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

O resultado da Eletropar é composto, dada sua condição de empresa de participações, por rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil (aplicação obrigatória definida em Lei).

A Eletropar apresentou no quarto trimestre de 2017, lucro líquido no valor de R\$ 30.788, superior em 1.655,29% ao apresentado no mesmo período do ano anterior, quando a empresa obteve lucro de R\$ 1.754. No exercício de 2017, a companhia apresentou lucro líquido de R\$ 39.219, superior em 10,45% ao apresentado no exercício social anterior, quando a empresa obteve lucro líquido no valor de R\$ 35.509.

As receitas líquidas totais de 2017, no montante de R\$ 74.992, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, foram 69,52% superiores àquelas auferidas no exercício social de 2016, estas no montante de R\$ 44.239.

O aumento na receita líquida total se explica em decorrência da venda das ações da investida CPFL Energia, no mês de novembro de 2017 e da reversão de parte do ajuste acumulado realizado no patrimônio líquido da investida CTEEP.

O rendimento decorrente das participações societárias é composto pelo resultado de equivalência patrimonial das investidas CTEEP e EMAE e pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos pelas demais investidas (Eletropaulo, EDP Energia e CPFL) que são avaliadas ao valor justo por meio do patrimônio líquido.

(b) Variações das receitas

Apresentamos a seguir a composição das receitas nos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015.

Gráfico 1: Composição da Receita Total 2017

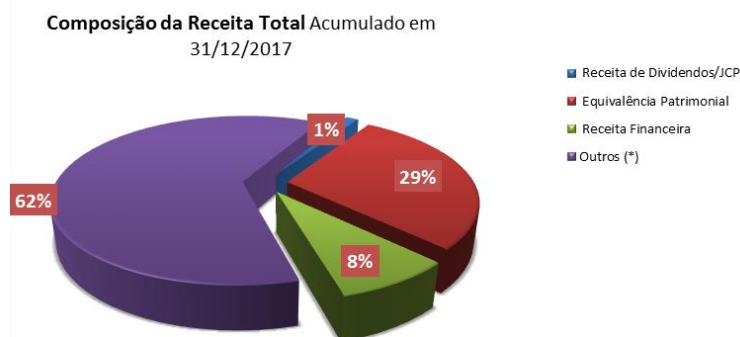


Gráfico 2: Comparativo 2017 versus 2016 e 2017 - Receitas Totais

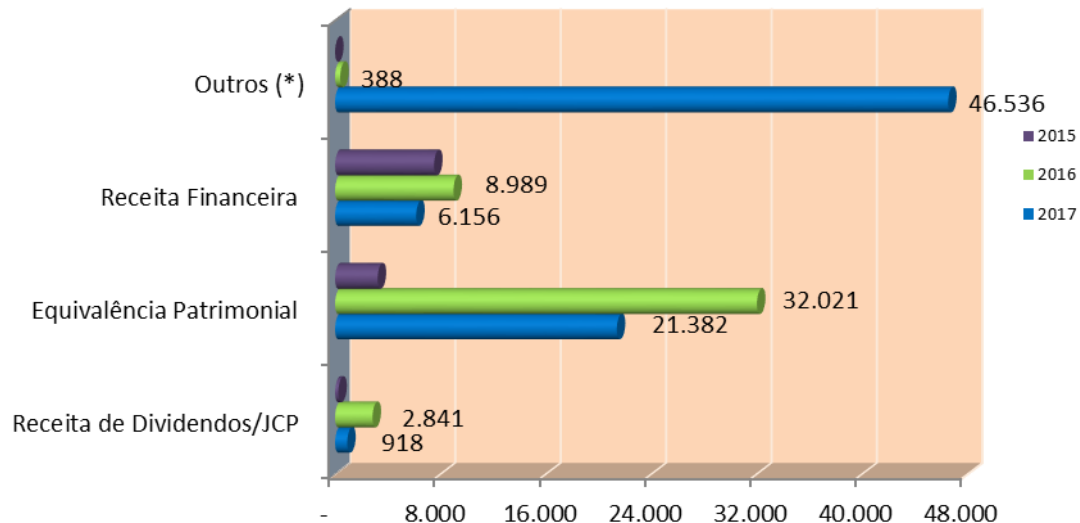
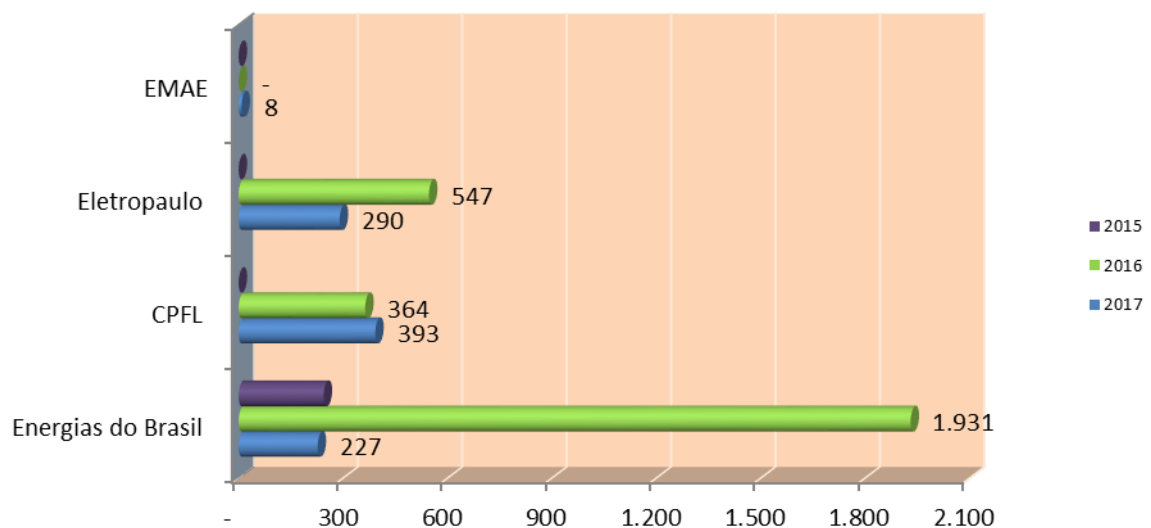
10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Gráfico 3: Comparativo 2017 versus 2016 e 2015 - Receita de Dividendos/JCP por investida



(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

O Resultado Financeiro em 2017, no montante de R\$ 5.789, que reflete, principalmente, os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil, apresentou redução de 28,16% quando comparado ao apurado no exercício de 2016, cujo valor foi de R\$ 8.058. Tal efeito pode ser explicado pela queda na taxa que rentabiliza os fundos e pela menor média de recursos financeiros aplicados.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****a. introdução ou alienação de segmento operacional.**

Até a data deste Formulário de Referência não foram introduzidos ou alienados quaisquer segmentos operacionais nas atividades da Companhia além daqueles já divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

No dia 30 de novembro de 2017 foi realizado o leilão de oferta pública de aquisição de ações ordinárias de emissão da CPFL em razão do fechamento da transação que resultou na alienação direta do controle da CPFL Energia, a State Grid Brazil.

O preço total pago pela empresa chinesa, à vista e em moeda corrente nacional, para a aquisição direta e indireta das ações de emissão da CPFL Energia referidas acima, foi de R\$ 25,51 por ação de emissão, atualizado pela taxa Selic, desde a data do fechamento da operação (23 de janeiro/2017) até a data de liquidação (05 de dezembro/2017), totalizando em R\$ 27,69 por ação.

Conforme comunicado ao mercado de 30 de novembro de 2017, a companhia, após a análise dos impactos desta operação, decidiu em Reunião de Diretoria 37, de 16 de novembro de 2017 e Reunião do Conselho de Administração, de 21 de novembro de 2017, aprovar a alienação da sua totalidade de ações da CPFL, ou seja, 1.802.105 ações ordinárias, habilitando-se no leilão, conforme condições definidas no edital.

O valor total recebido na transação foi de R\$ 49.900. Segue abaixo o resultado da venda das ações da CPFL:

Receita Bruta	R\$	49.900
Custo aquisição	R\$	(3.364)
Receita Líquida	R\$	46.536

c. Eventos ou operações não usuais.

A Eletronet S.A. é uma empresa domiciliada no Brasil, com sede no estado do Rio de Janeiro, controlada pela LT Bandeirante Empreendimentos LTDA. Sendo a Eletropar acionista minoritária, com 49% das ações da companhia. Com o agravamento da situação financeira da Eletronet, em 16 de maio de 2003, foi deferida a sentença de falência da companhia com continuação de negócios.

A companhia permaneceu neste processo de falência com continuação de negócios até o dia 15 de dezembro de 2015, quando foi realizada a Assembleia Geral de Credores, com a aprovação do acordo para quitação das obrigações da Eletronet e o levantamento da falência.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

No dia 07 de abril, após o cumprimento, pela então síndica da massa falida, das obrigações estabelecidas na sentença de levantamento da falência, foi entregue a chave da empresa para os novos administradores eleitos pelos acionistas.

Após assumir a companhia, os administradores empenhados no sentido de reverter a sua situação financeira e operacional vem adotando medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e da posição patrimonial, recuperação da sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações.

No dia 09 de dezembro de 2016, foram aprovados pela administração da Eletronet as demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2016.

As Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram aprovadas pela administração da Eletronet no dia 15 de fevereiro de 2018.

Segue abaixo a Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017.

Valores em milhares de Reais

	Capital Social	Lucro (Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31/12/16	321.387	(552.872)	(231.485)
Lucro do exercício	-	57.707	57.707
Saldos em 31/12/17	321.387	(495.165)	(173.778)

Foram realizados ajustes na Demonstração do Patrimônio Líquido da Investida para fins de adequação às políticas e práticas contábeis da Eletropar, conforme abaixo:

- 1) Desconsideramos a reavaliação patrimonial realizada decorrente da contabilização dos efeitos da aplicação do custo atribuído (deemed cost) ICPA 10 inicial apurados sobre o saldo do ativo imobilizado CABOS decorrentes da avaliação realizada por peritos independentes. Desta forma, não estamos considerando o efeito líquido desse registro de diminuição do passivo a descoberto da investida em R\$ 129.475, sendo R\$ 135.360 relativos ao exercício de 2016 e amortizado em 2017 no montante de R\$ 5.885;
- 2) Ressalva do auditor independente referente Provisão de imposto de renda e contribuição social, no valor negativo de R\$ 14.060.

Adicionalmente, informamos que conforme a incerteza da continuidade operacional da investida, reportada em relatório de auditoria das demonstrações financeiras da Eletronet, com parágrafo de ênfase, emitido em 02 de fevereiro de 2018. A Companhia possui capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido (passivo a descoberto) e prejuízo antes dos impostos diferidos. Os planos da Administração para a liquidação das dívidas de curto prazo, bem como para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do plano de reestruturação e da adesão ao Plano Especial de Regularização Tributária – PERT, em conformidade com a Lei nº 13.496/17.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Considerando os ajustes apresentados acima, a posição da Eletropar na investida está demonstrada abaixo:

Participação da Eletropar no PL Ajustado da Eletronet

	Eletronet	Partic. 49%
Patrimônio Líquido 31/12/17	(38.418)	(18.825)
Ajustes acumulados	(143.535)	(70.332)
Saldo ajustado em 31/12/17	(181.953)	(89.157)

Como a Eletronet é uma coligada da Eletropar, conforme CPC 18, deve ser aplicado o método de equivalência patrimonial para contabilização deste investimento.

De acordo com o item 38 e 39 do CPC 18, quando a participação do investidor nos prejuízos do período da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida.

Como a Eletropar não realizou pagamento em nome da investida e não incorreu em obrigações legais ou construtivas (inclusive item vetado, na cláusula 2.3 do acordo de acionista), não cabe provisão de perdas adicionais, mantendo-se apenas o valor do investimento integralmente provisionado (saldo zero).

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia para os exercícios de 2017, 2016 e 2015.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia para os exercícios de 2017, 2016 e 2015.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

No relatório dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, datado de 22 de março de 2018, opinião sem ressalva, sobre as demonstrações financeiras da Eletropar referentes ao exercício de 2017, constam como principais assuntos de auditoria:

"Mensuração dos Direitos e Obrigações com a Eletronet S.A. e empresas Cedentes

Principais assuntos de auditoria

A Companhia atua como intermediadora comercial entre sua investida Eletronet S.A. e as empresas Cedentes do Grupo Eletrobrás, no contrato de prestação de Cessão de Uso dos Cabos de Fibra Óticas, celebrado em 29 de junho de 1999, para o período entre 01 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2017, período no qual a investida retomou suas atividades após encerramento de processo de falência. O referido contrato determinava os créditos devidos pela Eletronet a serem repassados às Cedentes pela utilização de suas infraestruturas. Utilizado como suporte para encerrar o processo falimentar, em 27 de novembro de 2015, foi celebrado acordo "Memorando de Entendimento" (MOU), alterando as condições contratuais previamente estabelecidas e, até à presente data, essas alterações não foram adotadas contratualmente, havendo divergências de entendimentos entre as partes signatárias do citado acordo e as Cedentes, quanto a precificação e mensuração a ser praticada. Desta forma, os efeitos dessas transações sobre as demonstrações financeiras, estão sendo reconhecidos de acordo com a melhor estimativa da Companhia. Em função da situação provisória até à celebração de um novo termo contratual/aditamento contratual e os possíveis desdobramentos que poderão impactar as demonstrações financeiras da Companhia, consideramos que este é um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à identificação e conciliação de transações

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

entre partes relacionadas. Incluímos em nossa abordagem a participação no planejamento dos procedimentos efetuados pelos auditores independentes da investida, o qual incluiu a discussão dos riscos de auditoria, e resultou no envio de instruções específicas a esses auditores. Enviamos cartas de confirmação de saldo diretamente às partes que firmaram o contrato, a fim de obter a confirmação dos mesmos sobre os valores praticados e comparamos as respostas recebidas com os registros e divulgações contábeis, preparados pela Companhia. Adicionalmente, mensuramos a operação utilizando os dados de direito de passagem fornecidos pelas respostas de circularização das Cedentes, com a precificação determinada pelo "Memorando de Entendimento" e atualizada no documento de "Instrumento de Confissão de Dívida" firmado entre a Companhia e sua investida. Valorizamos o rateio das obrigações de repasse da Companhia com as empresas Cedentes do Grupo Eletrobras, por meio da infraestrutura disponibilizada pela Cedentes e informada em contrato. Avaliamos os dados apresentados nos documentos referentes às liquidações subsequentes e analisamos a capacidade da investida em honrar com suas obrigações, com base em cálculos de indicadores econômico-financeiros. Adicionalmente, analisamos se as divulgações nas demonstrações financeiras estão adequadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, no decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do Contas a Pagar com as Cedentes, os quais foram registrados e acatados pela administração. Nesse contexto, consideramos que é aceitável o saldo de Contas a Receber com a Eletronet e de Contas a Pagar com as empresas Cedentes, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Investimentos em participações societárias registrados pelo método da equivalência patrimonial***Principais assuntos de auditoria***

A Companhia detém participações societárias em empresas de energia de capital aberto avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, por se tratarem de investimentos com influência significativa. Essas investidas registram estimativas contábeis críticas relevantes, que envolvem um alto nível de julgamento na sua avaliação, e que podem afetar o resultado da Eletropar de forma relevante, como descrito a seguir:

- Ativo financeiro da concessão já que envolve julgamento quanto à definição dos critérios utilizados para determinação do valor da indenização.
- Mensuração das provisões para demandas judiciais, uma vez que avaliação da probabilidade de desembolso financeiro dos processos envolve julgamento por parte da investida e de seus assessores jurídicos externos.
- Reconhecimento de receita já que por estar em ambiente regulado, a Investida está sujeita a diversas variáveis que podem gerar impacto em suas receitas.
- Plano de pensão face ao julgamento existente na determinação das estimativas efetuadas para mensurar o valor líquido de passivo dos planos de pensão de benefício definido e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras.
- Incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros e seu desconto, que são base para avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado e o impacto que eventuais mudanças nas premissas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Devido à relevância do investimento e resultados destas investidas nas demonstrações financeiras da Eletropar, assim como a mensuração das estimativas contábeis destas investidas envolverem julgamento significativo da Companhia e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas possam gerar nas demonstrações financeiras da investida e consequentemente nas demonstrações financeiras da Eletropar, consideramos que este é um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria para esses investimentos, incluíram a nossa participação no planejamento dos procedimentos efetuados pelos auditores independentes das investidas, a qual incluiu a discussão dos riscos de auditoria, e resultou no envio de instruções específicas a esses auditores. Realizamos reuniões e avaliações do trabalho realizado sobre a valorização do ativo financeiro da concessão, valorização dos passivos atuariais, avaliação das premissas base para avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado, o reconhecimento de receita, contas a receber e mensuração das provisões para contingências e análise das evidências de auditoria obtidas. Analisamos as comunicações e os relatórios enviados, bem como os procedimentos realizados e as conclusões obtidas, especificamente com relação a determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas, procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos acima referidos. Efetuamos testes de recálculo das participações nas investidas, assim como os reflexos nas contas contábeis de investimento e resultado de equivalência patrimonial. Adicionalmente, analisamos o processo de identificação e avaliação da recuperabilidade dos investimentos efetuados pela Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o saldo de investimentos em participações societárias registrados pelo método da equivalência patrimonial no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Valor recuperável dos ativos financeiros**Principais assuntos de auditoria**

A Companhia possui investimentos em ações de companhias com e sem ações negociadas em mercado ativo (ex: Bolsa de Valores). Esses ativos estão classificados na categoria contábil de "instrumento financeiro disponível para venda", e dessa forma, o ajuste a valor justo destas ações é contabilizado em "Outros Resultados Abrangentes". Qualquer ajuste por perda significativa ou prolongada do valor dos investimentos classificados na categoria acima citada deve ser reconhecido no resultado.

A Companhia atribuiu a cada um dos seus ativos (ações), limites máximos de declínio de valor e tempo decorrido de desvalorização, para fins de definição de "gatilhos" quanto a análise de recuperabilidade. Esses ativos foram agrupados em relação a volatilidade do valor de mercado cotado em bolsa de valores. Sendo assim, toda vez que um ativo supera os parâmetros de declínio ou tempo, relacionado a banda de volatilidade a qual ele está agrupado, há evidência de perda ("impairment") por redução ao valor recuperável. Esses parâmetros foram estabelecidos com base nos dados históricos de cada ativo, vis-à-vis o reprocessamento da carteira de ações, para aferição das eventuais perdas que devem ser registradas, tendo como principal

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

premissa, uma avaliação de regressão do valor de mercado dos ativos. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação dos parâmetros para fins de avaliação da recuperabilidade de tais ativos, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos entendimento sobre a política contábil e o estudo preparado pela Companhia com o objetivo de avaliar a razoabilidade e a profundidade dos julgamentos exercidos pela Companhia. Adicionalmente, acompanhamos ao longo do exercício, as variações no valor de mercado desses ativos financeiros e comparamos com os parâmetros da política contábil da Companhia, visando avaliar quaisquer desvios no reconhecimento de eventuais perdas. Também recalculamos o valor justo desses ativos financeiros, além de verificarmos a adequação da contabilização das eventuais perdas incorridas, tendo como base as regras contábeis vigentes. Nossas análises incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia, principalmente o detalhamento das perdas ocorridas por impairment de ativos. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sintetizados, consideramos o saldo dos instrumentos financeiros disponíveis para venda da Companhia é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas e julgamentos contábeis para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações.

Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas e premissas contábeis críticas referentes à seleção da vida útil do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para passivos contingentes, teste de impairment, base de determinação do ativo financeiro de concessão, cálculo atuarial de benefícios pós-emprego e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A Administração adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, de acordo com a Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está reconhecida em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, em conformidade com as normas vigentes. Portanto, os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nas Demonstrações Contábeis podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento efetuado.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras****a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8 - Plano de Negócios****a. Investimentos****(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.**

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia investiu R\$ 10 mil na aquisição de software. Não houve investimentos em aquisição de ações.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os recursos destinados para os investimentos na operação da Companhia são provenientes de recursos próprios obtidos por meio dos seus resultados.

A Companhia não possui empréstimos e nem financiamentos.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos.

c. novos produtos e serviços**(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Item não aplicável, uma vez que não possuímos pesquisas em andamento já divulgadas.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 Outros fatores com influência relevante**

A Companhia não possui outros fatores com influência relevante sobre as suas demonstrações financeiras.

Não há na Eletropar despesas com patrocínio, parcerias e convênios. As despesas com publicidade correspondem apenas as despesas com publicidade legal, que são as despesas com publicações das demonstrações financeiras, edital de licitação, extrato de contrato e edital de convocação de Assembleia.

Segue abaixo as despesas com publicidade Legal (R\$ mil):

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Publicidade legal	616	460	392